
A Grande Guerra

António Monteiro Cardoso

A entrada de Portugal na guerra, primeiro em África e a partir de 1917 em França, veio trazer uma enorme perturbação ao ensino, em virtude da incorporação militar de grande parte dos estudantes, ao abrigo de um decreto que chamou às armas todos os homens válidos até aos 45 anos, podendo o ministro da guerra convocar aqueles que achasse conveniente para fazerem o curso de oficiais milicianos.

Naquela data, seis anos depois de fundado o IST, tinham-se formado por ali os primeiros engenheiros, oito dos quais se encontravam colocados como engenheiros civis na direção do Porto de Lisboa, na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, na Companhia dos Fósforos e no ministério do Fomento; três outros, como engenheiros mecânicos na Companhia dos Caminhos de Ferro e no ministério do Fomento; três, como engenheiros de minas Vale de Vouga, de carvão de Porto de Mós e de cobre de Sousel; dois, como engenheiros eletricitistas na Companhia dos Telefones de Lisboa e outro na filial do Porto da HBC; e três como engenheiros químicos na Companhia União Fabril. A indústria de extração do rádio dos minérios de urânio, na fábrica do Barracão (Guarda), até então dirigida por engenheiros franceses, passara para as mãos de dois antigos alunos do IST, logo que aqueles foram chamados a prestar serviço militar no seu país. Porém, a mobilização militar decorrente da entrada de Portugal na guerra veio retardar a *intervenção mais intensa dos discípulos do instituto na técnica nacional* (Bensaúde 1922 p. 66–67).

De fato, a falta de oficiais milicianos para integrar o Corpo Expedicionário Português (CEP), que partiu para a Flandres em 1917 levou a uma incorporação generalizada dos alunos dos cursos superiores e de muitos recém diplomados. Alertando contra os efeitos perturbadores daquilo a que chamava um *levantamento em massa*, na

sessão do Senado, de 18 de maio 1917, o senador Alberto Carlos da Silveira, membro do partido unionista, liderado por Brito Camacho, que se opusera à participação na guerra na Europa, afirmava:

Basta dizer que já neste momento existem apenas dois alunos na frequência dos cursos do Instituto Superior Técnico, e, se ainda assim esses dois alunos lá estão, é porque se encontram quase cegos. Todos os outros foram na rede varredoura para oficiais milicianos¹.

A maior parte dos alunos e antigos alunos do IST incorporados integraram o Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, que se celebrou com o nome de Sempre Fixe². Mobilizado no começo de 1917, o batalhão de sapadores manteve-se em França até ao final de abril de 1919, sob o comando do então tenente-coronel de engenharia Raul Esteves, que assumirá um papel proeminente nos anos finais da República e após o 28 de maio.

Numa carta dirigida a Alfredo Bensaúde, Raul Esteves informava-o que o batalhão contava com cerca de 30 oficiais, na sua maioria milicianos, engenheiros do IST e que a quase totalidade dos subalternos eram ali alunos. Os trabalhos executados, em campanha, incidiram especialmente na construção e conservação de linhas férreas e, na parte final, também na exploração e tração. A competência técnica demonstrada nesses trabalhos, executados em condições difíceis, mereceu elogios das autoridades aliadas, traduzidos num número elevado de louvores e condecorações atribuídas aos seus oficiais e praças, pelos comandos militares portugueses, inglês e francês³.

Os membros do Sempre Fixe mantiveram laços de camaradagem militar, traduzidos em

encontros anuais dos antigos expedicionários a França até meados dos anos 50, bem como uma grande dedicação ao seu comandante de então Raul Esteves.

Às enormes perturbações causadas pela guerra veio juntar-se a agudização da luta política em Portugal, com a tomada do poder por Sidónio Pais em 5 de dezembro de 1917, o que gerou entre a *mocidade escolar a indisciplina que se revela por ocasião de todas as revoluções* (Bensaúde 1922 p. 51). Curiosamente, na nova situação sidonista, desempenhava um papel importante um aluno do 2.º ano do IST, de 23 anos, chamado Henrique Ventura Forbes de Bessa⁴, que foi nomeado governador civil de Lisboa e depois ministro do Trabalho e do Interior.

Conta Bensaúde que estas circunstâncias levaram à revolta alguns alunos interessados na abolição do exame final, os quais, arrastando os dos primeiros anos, apresentaram uma representação ao ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães, pedindo a demissão do diretor do IST. Numa representação impressa de janeiro de 1918 expuseram as suas reivindicações que consistiam no reconhecimento do título de engenheiro, sem tirocínio, sem projeto final e sem exame. Acrescia que muitos destes alunos, por determinação do governo, tinham sido considerados aprovados nas cadeiras que frequentavam, quase a meio do ano letivo, com grande parte dos programas por estudar devido à incorporação no exército. O ministro deu o seu acordo à abolição dos exames finais, a qual carecia do assentimento do CE do IST. Este, com relutância, aceitou que se conferissem cartas de engenheiro sem exame, durante o período de guerra, para evitar um mal maior que seria a demissão do diretor, que se manteve em funções. Segundo Bensaúde (1922 p. 54) este foi o único incidente durante a sua direção que pôs em causa o bom entendimento entre professores e alunos, que até então fora completo, como o foi após este acontecimento.

No entanto, à beira dos finais do regime sidonista, abriu-se uma nova crise entre a direção do IST e o governo, devido à publicação do decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918, um longo e importante diploma que veio estabelecer a organização do ensino industrial e comercial em todos os seus graus. Este diploma, que

sobreviveu em grande parte ao final do sidonismo, resultou da iniciativa do ministro do Comércio Azevedo Neves, que nomeara uma comissão para o efeito. A nova lei mostrava-se até favorável ao IST, prevendo diversas dotações a seu favor⁵, mas pecava num aspeto fundamental, ao retirar-lhe a autonomia, pois em vez de depender diretamente do ministro, com quem o diretor despachava, passava para a tutela da direção geral do Ensino Industrial e Comercial.

Considerando que esta medida punha em causa a chave do êxito do instituto, que ficava subordinado a um diretor geral irresponsável entre o ministro e o diretor, Alfredo Bensaúde pediu imediatamente a demissão, que lhe foi negada. No ano seguinte, também esta crise pôde ser ultrapassada, graças à iniciativa do prof. Aboim Inglês⁶, o qual, sendo também deputado, apresentou no parlamento um projeto de lei, que foi aprovado, repondo a autonomia pedagógica e administrativa do IST, cujo diretor comunicava e despachava diretamente com o ministro do Comércio e Comunicações (lei nº 877, de 13 de setembro de 1919).

Refira-se que estes incidentes, ocorridos durante o regime sidonista, não puseram em causa a atitude de simpatia do CE do IST em relação a Sidónio Pais. Por ocasião do seu assassinato, aquele órgão fez-se representar no funeral e exarou um voto de pesar e veemente protesto contra o bárbaro atentado que privara o país de *um chefe que se revelara um verdadeiro homem de Estado e de um cidadão que seria grande entre os maiores de todos os tempos*. Considerando que se tratava de *um dos mais distintos professores de matemática*, o CE deliberou ainda criar um prémio Dr. Sidónio Pais, obtido por subscrição entre o corpo docente, a atribuir em cada ano ao aluno melhor classificado nas cadeiras de matemática, para o qual foi aceite a comparticipação da Associação dos Engenheiros pelo IST (ACE, 19-12-1918).

A conjuntura do pós-guerra, marcada por elevada conflitualidade política e social, criou dificuldades ao funcionamento da escola, de tal modo que, segundo Bensaúde, desde a sua fundação em 1911 até 1921, data em que escrevia, apenas se contavam *dois ou três anos letivos que podem considerar-se normais*. Assim, em 20 de novembro de 1918, o CE constatava que as

matrículas ainda não se tinham efetuado, devido à epidemia, conhecida por pneumónica. Em 24 de fevereiro de 1919, o mesmo órgão deliberava marcar novos exames aos alunos que não o tinham podido fazer, em virtude de terem sido mobilizados para combater a chamada Monarquia do Norte, proclamada em 19 de janeiro daquele ano no Porto.

A grande vaga de greves desencadeada a partir de meados de 1919, sobretudo as dos trabalhadores da Carris e dos transportes ferroviários, levou ao envolvimento de alguns alunos do IST nas tentativas de pôr termo a esses movimentos, o que gerou controvérsia sobre o seu papel.

A primeira intervenção de alunos do IST nestas ações ocorreu, por ocasião da greve do

peçoal da Carris, que deliberou paralisar os eléctricos a partir do dia 1 de maio de 1919. Um grupo de alunos ofereceu-se ao governo para intervir, substituindo os grevistas, como condutores, guarda-freios e para efetuar pequenas reparações⁷. A greve terminou uma semana depois com os agradecimentos da direção da Carris ao instituto e as críticas de alguns jornais⁸.

Também as greves ferroviárias de maio de 1919 e setembro de 1920, envolveram indiretamente alunos e ex-alunos do IST, que tendo feito parte, como oficiais, do Batalhão de Sapadores de caminhos de ferro, o Sempre Fixe, foram de novo mobilizados, para pôr termo àquelas ações.

... dia 1 de maio de 1919. Um grupo de alunos ofereceu-se ao governo para intervir, substituindo os grevistas, como condutores, guarda-freios e para efetuar pequenas reparações. (...)

Comando de carro eléctrico [1242]

Fonte: NGMCC



- 1 DSR n.º 56, de 18/5/1917, p. 9. Também Bensaúde (1922 p. 51) afirma que se conservavam na escola *apenas poucos alunos adiantados e muitos dos mais inexperientes dos primeiros anos*.
- 2 Alguns integraram outros corpos, como sucedeu a Augusto Cancela de Abreu, aluno do 4.º ano do IST, do curso de engenharia civil, que fez parte do Corpo de Artilharia Pesada Independente (C.A.P.I) (Coutinho, 2010 p. 191–253).
- 3 Raul Esteves destaca João Carlos Alves que, depois de terminada a guerra, retomou os estudos no IST, que tinha conseguido construir e manter em funcionamento um troço de via-férrea, dia e noite, debaixo de terrível bombardeamento, o que lhe valeu a cruz de guerra de 1.ª classe e a Military Cross britânica (Bensaúde 1922 p. 68–69).
- 4 Nascido em Matosinhos em 1894, faleceu em Paris, em 1920. Entrou para o IST em 1913–1914. Em novembro de 1915, integra a comissão administrativa da revista Técnica Industrial. Bensaúde fala dele, mas sem o identificar.
- 5 Deste diploma resultou também o aumento de um ano do curso geral, por uma questão de simetria com o que sucedia na Faculdade Técnica do Porto. Bensaúde (1922 p. 101) discordou deste aumento, que, com um ano para tirocínio e projeto de exame, se traduzia num curso completo de 7 anos, o que considera excessivo.
- 6 António Lobo de Aboim Inglês (1860–1941), natural de Aljustrel, diplomado com o curso de minas do IICL e ex-diretor da mina de São Miguel, em Huelva, lecionou a cadeira de Metalurgia (Bensaúde, 1922 p. 139). Foi deputado pelo partido unionista e depois pelo partido nacionalista e ministro da Agricultura, no governo de António Granjo, em 1921.
- 7 Bensaúde (1922 p. 43–44) destaca os alunos Alfredo Ripamonte Dantas, João Carlos Adrião Sequeira; Augusto Rebelo de Andrade, Francisco Mendia e Augusto Cancela de Abreu. Sobre a intervenção deste último, ver: Coutinho, 2000 p. 258–263.
- 8 No jornal A Batalha, porta-voz da Organização Operária Portuguesa, de 8 de maio de 1919, criticavam-se estes *novos fura-greves*, perguntando-lhe que atitude tomariam os estudantes do IST, *se estando em greve, qualquer dos seus colegas tentasse furar o movimento?*. O tema é desenvolvido num artigo intitulado *A Mocidade!* publicado em 10 de maio seguinte. Na Capital de 7 de maio de 1919, refere-se também a intervenção de alunos do Instituto Superior do Comércio.